



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
**CONSELHO NACIONAL DE COMBATE E DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS
DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E
TRANSGÊNEROS**

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

22 DE JUNHO DE 2011

ATA

1 Às nove horas do vigésimo segundo dia de junho de dois mil e onze, na Câmara de
2 Vereadores da Cidade de São Paulo, em São Paulo/SP, reuniu-se o Conselho Nacional de
3 Combate e Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, bissexuais, Travestis e
4 Transexuais, em sua Terceira Reunião Ordinária, sob a presidência do Sr. Ramaís de Castro
5 Silveira. **Estiveram Presentes:** o Sr. Ramaís de Castro Silveira, Presidente do Conselho
6 Nacional de Combate e Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays,
7 Bissexuais, Travestis e Transexuais/CNCD-LGBT e Secretário-Executivo da Secretaria de
8 Direitos Humanos da Presidência da República; a Sra. Irina Bacci, Vice-Presidente do
9 Conselho Nacional de Combate e Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays,
10 Bissexuais, Travestis e Transexuais/CNCD-LGBT e Representante da Articulação Brasileira
11 de Lésbicas; Vereador José Police Neto, Presidente da Câmara de Vereadores da cidade de
12 São Paulo; Vereador Ítalo Cardoso, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos da
13 Câmara de Vereadores da Cidade de São Paulo; o Sr. Ideraldo Beltrame, Presidente da
14 Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo; o Sr. Toni Reis, Representante da
15 Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais/ABGLT; o Sr.
16 Celso Francisco Tondin, Representante do Conselho Federal de Psicologia/CFP; a Sra. Ana
17 Gabriela Nascimento Sena, Representante do Ministério da Saúde; a Sra. Marinalva Santana,
18 Representante da Liga Brasileira de Lésbicas/LBL; o Sr. Roger Rauper Rios, Representante
19 da Associação dos Juízes Federais do Brasil/AJUFE; a Sra. Janilda Guimarães de Lima,
20 Representante do Ministério Público do Trabalho do Estado de Goiás; a Sra. Janaína Oliveira,
21 Representante da Rede Afro Negros e Negras LGBT; o Sr. Sérgio Sepúlveda, Representante
22 do Ministério do Trabalho e Emprego/MTE; a Sra. Lohren Beauty, Representante do Grupo
23 E-Jovem; a Sra. Janilda Guimarães de Lima, Representante do Ministério Público do
24 Trabalho/MPT; Sr. Gustavo Bernardes, Coordenador de Promoção dos Direitos de LGBT da

25 SDH; a Sra. Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos, Representante da Articulação Nacional
26 de Travestis e Transexuais/ANTRA; o Sr. Pedro Prata, Representante da Secretaria de
27 Juventude da Presidência da República; a Sra. Tatiane Araujo, Representante da Articulação
28 Nacional de Travestis e Transexuais/ANTRA; Sra. Keila Simpson, Representante do
29 Segmento Trans da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e
30 Transexuais/ABGLT; o Sr. Julian Vicente Rodrigues, Representante da Associação Brasileira
31 de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais/ABGLT; o Sr. Leonardo Bastos,
32 Representante do Fórum Nacional de Gestores LGBT; o Sr. Marcus de Abreu Freire,
33 Representante da Central Única dos Trabalhadores/CUT; o Sr. Eduardo Gomor,
34 Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MPOG; a Ministra Iriny
35 Lopes, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da
36 República/SPM/PR; a Vereadora Juliana Cardoso, Vereadora da Câmara Municipal de São
37 Paulo; **Secretariado Executivo:** o Sr. Igo Martini, Secretário-Executivo do Conselho
38 Nacional de Combate e Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays,
39 Bissexuais, Travestis e Transexuais/CNCD-LGBT; o Sr. Eduardo Santarello, Assessor
40 Técnico do CNCD-LGBT. **Pauta:** 1) Aprovação da Ata da 1ª Reunião Ordinária; 2) Informes
41 Gerais; 3) Encaminhamentos da 2ª Conferência Nacional; 4) Apresentação e Deliberação do
42 Regimento Interno da 2ª Conferência Nacional; 5) Lançamento do GT de mulheres lésbicas,
43 bissexuais, travestis e transexuais do CNCD pela Ministra Iriny Lopes, Chefe da Secretaria de
44 Políticas para as Mulheres. **Abertura.** O Secretário-Executivo, Sr. Igo Martini, iniciou os
45 trabalhos cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Anunciou que aquela reunião
46 era transmitida pelo portal www.aids.gov.br/mediacenter, do Ministério da Saúde. Anunciou
47 também a presença à mesa de abertura do Coordenador-Geral de Promoção dos Direitos da
48 LGBT da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Gustavo Bernardes,
49 Sr. Gustavo Bernardes, do Presidente da Associação da Parada do Orgulho LGBT da cidade
50 de São Paulo, Ideraldo Beltrame, da Vice-Presidenta do Conselho Nacional LGBT, Irina
51 Bacci, do Presidente da Comissão Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo,
52 Vereador Ítalo Cardoso, e do Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, o Vereador José
53 Póllice Neto. Com isso, passou a palavra ao Presidente deste Conselho, o Sr. Ramaís de Castro
54 Silveira, que agradeceu e ratificou a deferência. Ressaltou o apoio recebido do Departamento
55 de DST/AIDS do Ministério da Saúde que auxiliava com a transmissão ao vivo da reunião.
56 Dedicou esta reunião em memória do adolescente Alexandre Ivo, morto violentamente aos
57 quatorze anos de idade, no dia 21 de junho do ano de 2010. Ressaltou com isso a postura e o
58 símbolo que se tornava a senhora Angélica Ivo, mãe do adolescente, na luta contra a violência
59 homofóbica. Ressaltou a importância da realização desta reunião na Câmara de Vereadores
60 com a importância e a magnitude do parlamento municipal paulistano, diante de diversas

61 culturas legislativas, que perpassava, inclusive, o Congresso Nacional, que não reverberavam
62 sequer a opinião da maioria da população brasileira, cuja havia uma maioria da população que
63 rechaçava a discriminação e a violência contra todos e todas e, fundamentalmente, contra o
64 público LGBT. Referiu a importância da decisão do Supremo Tribunal Federal que permitiu e
65 chancelou a união civil homo afetiva. Entretanto, lembrou que ainda haviam resistências
66 dentro do poder judiciário, a saber de um juiz goiano que não só afastou a incidência dessa
67 decisão, como cometeu ato de discriminação, e era digno de uma avaliação do Conselho
68 Nacional de Justiça/CNJ pela postura discriminatória e o CNCD também deveria fazê-lo de
69 maneira bastante considerável. Mencionou que encontravam-se em processo de conferência,
70 convocação e mobilização para a Conferência Nacional, ressaltando que os estados de Minas
71 Gerais e do Mato Grosso do Sul convocaram as suas conferências estaduais e a cidade de
72 Vitória o fez. Por fim, apontou que o Conselho de Direitos Humanos da Organização das
73 Nações Unidas aprovou no último dia dezessete de junho Resolução que versava direitos
74 humanos, orientação sexual e identidade de gênero. Com isto, passou a palavra ao Vereador
75 José Police Neto, que agradeceu a escolha da Câmara Municipal para sediar o encontro e
76 deixou clara a postura que a Câmara tinha como protagonista de diversos debates e diversas
77 iniciativas legislativas que avançaram bastante e apresentaram à cidade de São Paulo. Com
78 isso, reconheceu o trabalho dos vereadores, em particular os que militam pela causa, por
79 oferecerem à cidade e à sociedade análises, proposições, debates e diálogos para fortalecer a
80 presença do processo legislativo no debate importante do combate à homofobia. Na
81 sequência, o Vereador Ítalo Cardoso ressaltou a importância desta reunião acontecer na
82 Câmara Municipal e, destacando o projeto de lei que criava o orgulho heterossexual, afirmou
83 que necessitassem menos desse tipo de intervenção para que a cidadania LGBT fosse uma
84 consequência natural da sociedade e não houvessem tantas manifestações homofóbicas dentro
85 das casas legislativas. Ao passo que o Presidente Ramaís de Castro Silveira ratificou que não
86 havia a necessidade da criação de um dia, quando todos os dias são dias dos heterossexuais.
87 Seguindo, o Sr. Ideraldo Beltrame, Presidente da Associação da Parada do Orgulho LGBT de
88 São Paulo, saudou a todos e convidou a todos, em especial o Conselho, a participarem da
89 programação das comemorações do mês do orgulho a LGBT, em São Paulo. Com isso, o
90 Presidente Ramaís de Castro Silveira descompôs a mesa de abertura e deu início à 3ª Reunião
91 do Conselho Nacional de Combate e Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas,
92 Gays, bissexuais, Travestis e Transexuais. Isto feito, pôs em apreciação e subsequente
93 aprovação da pauta desta. Sem manifestação contrária, a pauta foi aprovada. **Aprovação da**
94 **Ata da 1ª Reunião Ordinária.** O Presidente Ramaís de Castro Silveira colocou em
95 apreciação e não havendo manifestação contrária, a Ata da 1ª Reunião Ordinária do CNCD-
96 LGBT foi aprovada. **Informes Gerais.** O Conselheiro Toni Reis registrou sua indignação e

97 tristeza pelo fato do Juiz Jerônimo Vilas Boas, da Justiça de Goiás, que retrocedeu o pedido
98 de união estável do casal homossexual Léo Mendes e Odílio Torres. Entretanto, a Juíza
99 Beatriz Figueiredo Franco, da Corregedoria do Tribunal de Justiça de Goiás, que anulou essa
100 sentença. Com isso, sugeriu manifestação de parabéns à mesma por parte do Conselho.
101 Afirmou que a ABGLT consternou-se com manifestação da Presidente da República, Sra.
102 Dilma Vana Rousseff, acerca do material editado pelo Ministério da Educação, apontando que
103 o CNCD não foi consultado a respeito e solicitou a reversão desta manifestação. A Vice-
104 Presidente ratificou a necessidade do Conselho encaminhar nota reforçando o desagravo à
105 decisão do Juiz de Goiás e parabenizando a ação da Juíza. Informou que esteve na OAB,
106 sessão São Paulo, que lançou a Comissão de Diversidades Sexual e subseqüentemente
107 campanha com a temática “Homofobia mata. A violência Tem que ter fim. A vida não”. Com
108 isso, sugeriu uma nota de agradecimento à Sessão São Paulo e que a mesma provocasse a
109 OAB Nacional a estender a campanha nacionalmente. O Conselheiro solicitou que fosse
110 consignado em ata que o Conselho Federal na se fez representar, pois Coordenava o 1º
111 Congresso Catarinense de Psicologia, Ciência e Profissão, em Florianópolis/SC e a suplente,
112 Sra. Ana Luiza Souza Castro desempenhava função junto ao Judiciário do Rio Grande do Sul.
113 Apresentou a cartilha “Adoção, um direito de todos e todas”, organizada pela Comissão
114 Nacional de Direitos Humanos do CFP. Informou que: Foi lançada publicação relativa ao 1º
115 Seminário Nacional Psicologia e Diversidade Sexual, “Desafios para uma sociedade de
116 direitos”, que aconteceu em Brasília, entre 17 e 19 de junho de 2010; o CFP aprovou, em
117 plenária, no dia 18 de junho do corrente, resolução reconhecendo o direito do nome social na
118 carteira de identidade profissional do psicólogo. Na seqüência, a Conselheira Ana Gabriela
119 Nascimento Sena informou que: a Política Nacional de Saúde Integral LGBT seria encaminhada
120 ainda no ano corrente para a Comissão Gestora Tripartite/CIT e era um compromisso do
121 Ministro da Saúde que essa política fosse pactuada neste ano na CIT; a etapa municipal da 14ª
122 Conferência Nacional de Saúde se encerrava no dia 15 de julho e, concomitantemente,
123 iniciava-se a etapa estadual, ressaltando a importância da participação da sociedade civil
124 organizada; que o Ministério da Saúde promoveria reunião com os conselheiros
125 representantes da sociedade civil organizada no dia 08 de agosto, antecedendo a próxima
126 reunião do CNCD, a fim de discutir a 14ª Conferência Nacional de Saúde e a recomposição
127 do Comitê Técnico de Saúde LGBT do Ministério. Para tanto, propôs alteração de data do dia
128 08 e 09 de agosto para o dia 09 e 10 do mesmo mês, que posteriormente analisada pelo pleno
129 e conseqüentemente referendada. Após, a Conselheira Marinalva Santana convidou a todos a
130 participarem da 9ª Caminhada de Mulheres Lésbicas e bissexuais, no sábado seguinte, com
131 partida da Praça Osvaldo Cruz, próximo ao Shopping Paulista, a partir do meio dia,
132 promovida pela Liga Brasileira de Lésbicas/LBL. Solicitou manifestação e posicionamento do

133 Conselho acerca de Portaria do Ministério da Saúde proibia a doação de sangue por homens
134 gays e bissexuais. O Conselheiro Roger Rauper Rios sugeriu envio de manifestação da SDH,
135 ao Conselho Nacional de Justiça/CNJ, manifestação requerendo que o CNJ tomasse ciência
136 do caso e avaliasse se houve ou não, por parte do magistrado goiano, vontade deliberada de
137 desobediência ao Superior Tribunal Federal/STF. Sugeriu também a manifestação sobre teor
138 de Decretos Legislativos que vão contra avanços tanto do Conselho Federal de Psicologia, em
139 particular um que revogaria resolução do CFP que tratava da orientação sexual. Na sequência,
140 o Presidente registrou a presença da Sra. Janilda Guimarães de Lima, Representante do
141 Ministério Público do Trabalho do Estado de Goiás. E, entendeu possível que a Secretaria de
142 Direitos Humanos fizessem a referida manifestação ao CNJ. Com relação aos Decretos
143 Legislativos, entendeu que poderia ser uma manifestação do próprio CNCD. A Conselheira
144 Janaína Oliveira informou que foi julgado e condenado a 28 anos de prisão o responsável pelo
145 assassinato com requinte de crueldade da adolescente paraense de 16 anos, Cíntia, que
146 mantinha relação homo afetiva. O Conselheiro Sérgio informou que o Ministério do Trabalho
147 e Emprego/MTE retomou o Grupo de Trabalho LGBT com novos membros, disposto em
148 Portaria do dia vinte e seis de maio do corrente e a próxima reunião dar-se-ia nos 29 e 30 do
149 corrente mês, cuja pauta eram as demandas do plano LGBT e a retomada do Projeto Astral
150 Top. A Conselheira Lohren Beauty solicitou que fosse consignado em ata que não estava
151 sendo citada a categoria dos transgêneros e, portanto, solicitou a citação. Ao passo que o
152 Presidente afirmou que consignasse não só em ata, mas na cultura também. A Sra. Janilda
153 Guimarães de Lima, Representante do Ministério Público do Trabalho; apoiou a proposta de
154 manifestação ao CNJ. O Sr. Gustavo Bernardes convidou todos a participarem da Feira
155 Cultural e visitarem a tenda da SDH, no Anhangabaú. **Encaminhamentos da 2ª**
156 **Conferência Nacional.** A Conselheira Chopelly Glaudyston Pereira dos Santos,
157 Coordenadora da Subcomissão de Comunicação, informou que foram tirados os indicativos
158 para o plano de comunicação da 2ª Conferência Nacional LGBT. Para o site oficial da
159 conferência foi indicado o prazo até o dia 10 de agosto. Foi adido à programação oficial o
160 decreto e regimento, informação sobre os conselhos e as deliberações das comissões, espaço
161 interativo para dar opiniões e sugestões, atualizações com informações sobre as conferências
162 municipais e estaduais, publicação da lista de delegados contemplados, fichas de inscrições
163 para observadores e condições de participação, mini currículo dos palestrantes, cadernos de
164 resoluções da 1ª Conferência Nacional LGBT em PDF e plano nacional LGBT em PDF para
165 download, além das informações dos ministérios sobre as ações executadas em andamento e
166 finalizadas. O segundo tópico foi a identidade visual, cujo prazo era até 31 de julho, que
167 constaria a bandeira do arco-íris dialogando diretamente com a marca do Programa Brasil
168 Sem Miséria e o tema deveria constar junto da logomarca. Com relação as peças gráficas, foi

169 indicou o prazo até o dia 20 de agosto, constando cartazes, folders, outdoors, camisetas,
170 bolsas, botons, chaveiros, canetas, bloco de anotações, adesivos e preservativos. No item
171 assessoria de imprensa, foi indicado o prazo até o início de agosto e preconizava definir uma
172 pessoa responsável; além de articulação com as assessorias do Governo Federal; construção
173 de releases e sugestões de pauta para entrevistas, com a indicação de membros da SDH e ou
174 do Conselho LGBT para os principais veículos de comunicação do país; construir estrutura
175 física para a cobertura da 2ª Conferência. Com relação à publicidade, foi indicado prazo até
176 30 de setembro e preconizava a veiculação da campanha em rádios, TVs e jornais de grande
177 circulação do país; instalações de outdoors nas principais cidades do país; banners em sites
178 governamentais, jornalísticos e mídia dirigida ao público LGBT. Com isso, findou o relatório.
179 Após, o Conselheiro Pedro Prata colocou à disposição a Secretaria Geral da Presidência da
180 República e a Secretaria de Juventude e, com isso, sugeriu diálogo com a Secretaria de
181 Comunicação da Presidência da República, a fim de obter subsídios e auxílio da mesma.
182 Ponderou que tanto a subcomissão de comunicação e a comissão de mobilização deveriam
183 trabalhar juntas e concomitantemente, considerando que os temas eram comuns e intrínsecos.
184 Por fim, afirmou que necessitavam reunir-se com a Secretaria-Executiva, a fim de entender
185 qual era a estrutura que tinha de comunicação, sendo a 2ª Conferência prioridade. O
186 Conselheiro Toni Reis afirmou que, informalmente, soube que o recurso da Conferência seria
187 de pouco vulto. Portanto, sugeriu o envolvimento dos Ministérios e seus respectivos
188 ministros, a fim de garantir os recursos devidos e desenvolver o plano de comunicação ali
189 apresentado. Ao passo que o Presidente afirmou que todo o aparato básico e mínimo para a
190 realização da etapa nacional já estava consignada em orçamento e dialogava, enquanto
191 governo, para conseguir ampliar a Conferência com a participação dos outros ministérios
192 nesse financiamento. A Conselheira Marinalva Santana apontou a necessidade de pautar a
193 conferência também em âmbito estadual e municipal. A Conselheira Tatiane Araujo solicitou
194 o envolvimento de todos os Ministérios até o final da 2ª Conferência. Na Sequência, a
195 Conselheira Janaína Oliveira questionou se foi pensada a acessibilidade dentro da Conferência
196 e sugeriu ações de comunicação alternativa, a fim de atingir o público LGBT mais distante do
197 acesso tecnológico. Afirmou, por fim, que discordava dos prazos dado pela subcomissão,
198 propondo prazos mais exíguos. Com isto, o Presidente afirmou que haveria uma atuação
199 muito intensa da área de comunicação da Secretaria de Direitos Humanos e era diretriz que
200 quaisquer materiais que fossem produzidos ou cancelados pela SDH teria necessariamente o
201 crivo da acessibilidade. O Sr. Igo Martini esclareceu que a Subcomissão de Conteúdo e
202 Relatoria deliberou sobre a acessibilidade total e era item do regimento interno da
203 Conferência e norteava as atividades das três subcomissões. Com tanto, a Conselheira Keila
204 Simpson afirmou que o plano de comunicação não foi pensado a partir dos recursos, mas a

205 partir de uma ampla divulgação, tanto em âmbito nacional, como municipal e estadual, a
206 partir dos recursos e da vontade de cada ente federado. Apontou que as datas foram pensadas
207 como um norte para o desenvolvimento das ações, mas sempre com a conotativa de que o site
208 já poderia estar pronto, bem como materiais de divulgação. Com isto, o Presidente afirmou
209 que o debate que seria feito em âmbito governamental seria a partir das contribuições que a
210 subcomissão trazia. E solicitou a apresentação do relatório da Subcomissão de Mobilização.
211 Ao passo que o Sr. Eduardo Santarelli, Assessor da Secretaria-Executiva do CNCD elencou
212 as ações que seriam desenvolvidas pela Subcomissão. As quais seriam: enviar documento a
213 todos os conselhos nacionais, solicitando que os mesmos enviassem aos seus conselhos
214 estaduais e municipais; enviar comunicado às coordenações LGBT e centros de referências e
215 redes; acompanhamento e monitoramento dos retornos das notas, comunicados e ofícios
216 enviados pelo Conselho sobre a importância da mobilização; estabelecer pontos focais nos
217 estados, sociedade civil e poder público para acompanhar as ações e a mobilização nos
218 estados; contatar todos os gabinetes dos governadores e governadoras solicitando informações
219 sobre o recebimento de aviso ministerial aos governadores e prefeitos das capitais,
220 questionando órgão responderia pela Conferência; sugerir que os órgãos que tratavam de
221 políticas para LGBTs nos estados e municípios fossem os pontos focais do poder público;
222 entrar em contato com todos os órgãos e solicitar informações e levantamento de eventuais
223 dificuldades; enviar mapeamento dos pontos focais aos conselheiros e as conselheiras para
224 atuação em sua base; disponibilizar no site a divulgação dos ministérios que compunham o
225 CNCD e no Ministério Público do Trabalho; mapear os municípios para envio de aviso
226 ministerial e estudar caso a caso; ofício da Secretaria de Direitos Humanos ressaltando a
227 importância da realização da conferência. Franqueada a palavra, o Conselheiro Celso
228 Francisco Tondin sugeriu pensar numa alternativa ao ponto focal, demonstrando experiência
229 negativa em outras conferências. O Conselheiro Toni Reis sugeriu o envio oficial da
230 comunicação da SDH sobre a importância da realização da 2ª Conferência aos governadores e
231 governadoras e a sociedade civil organizada, para que a mesma possa fazer a articulação e
232 mobilização em conjunto. Sugeriu ainda o envolvimento da Frente Parlamentar Mista pela
233 Cidadania LGBT do Congresso Nacional. O Conselheiro Pedro Prata solicitou que fosse
234 incluído o ato de lançamento da Conferência nas ações para mobilização. O Conselheiro
235 Julian Vicente Rodrigues propôs força tarefa da Secretaria Executiva do CNCD/LGBT com
236 apoio da Coordenação-Geral LGBT, da SDH, para monitorar objetivamente estado a estado
237 como encontrava-se o processo de convocação. O Sr. Leonardo Bastos colocou à disposição o
238 Fórum Nacional de Gestores LGBT para uma melhor interlocução com o CNCD/LGBT.
239 Informou que a estrutura do fórum ficou dividida por uma coordenação regional e, com isso,
240 colocava o Fórum à disposição do conselho para ajudar a fazer o mapeamento e

241 monitoramento. Salientou, por fim, que praticamente todos os gestores apontaram que o
242 ofício não chegou aos governadores. A Sra. Janilda Guimarães de Lima esclareceu que diante
243 da dificuldade de existir nos estados um conselho constituído ou órgão público que pudesse
244 exercer o monitoramento, sugeriu uma entidade da sociedade civil mais expressiva dentro do
245 estado para desempenhar o acompanhamento. Ao passo que o Conselheiro Toni Reis sugeriu
246 o estabelecimento de uma comissão estadual pró-Conferência da Sociedade Civil, garantido o
247 processo de acompanhamento e mobilização. A Conselheira Marinalva Santana compartilhou
248 sua preocupação com a previsão orçamentária estadual, ponderando que os estados poderiam
249 alegar falta de previsão orçamentária para realizar a Conferência. O Sr. Igo Martini informou
250 que já existia o Fórum de Gestores Estaduais e Municipais LGBT, o qual seria importante na
251 mobilização. Informou que havia uma tabela com todos os estados, faria, portanto, ligação
252 para o gabinete de todos os governos e encaminharia ofício endereçado aos governadores
253 também para os conselheiros dos respectivos estados. Com isto, o Presidente passou à análise
254 do relatório da Subcomissão de Conteúdo e Relatoria, afirmando que a pauta da mesma era o
255 Regimento Interno da 2ª Conferência Nacional LGBT, o qual tomaria o maior tempo da
256 reunião. Destarte, a Conselheira Keila Simpson procedeu à leitura do referido regimento, que
257 após a adequação pelos Conselheiros do Pleno foi aprovado por unanimidade e **Apresentação**
258 **e aprovação de nota de agravo ao ato do Juiz goiano Jerônimo Vilas Boas.** O
259 Conselheiro Julian Vicente Rodrigues leu nota de agravo ao ato do Juiz Jerônimo Vilas
260 Boas, da Justiça de Goiás, que retrocedeu o pedido de união estável do casal homossexual Léo
261 Mendes e Odílio Torres, que solicitava a análise da conduta do referido juiz e parabenizava a
262 Juíza Beatriz Figueiredo Franco por revogar tal decisão. Com isto e feita adequação de texto,
263 a mesma foi aprovada. **Lançamento do GT de mulheres lésbicas, bissexuais, travestis e**
264 **transexuais do CNCD pela Ministra Iriny Lopes, Chefe da Secretaria de Políticas para**
265 **as Mulheres.** Composta a mesa de cerimônia, o Presidente salientou a importância da criação
266 do GT agradeceu a presença e passou de imediato a palavra à Ministra Iriny Lopes, Ministra
267 de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, que
268 destacou que esse era um momento extremamente importante e a iniciativa conjunta da
269 construção desse GT e no momento das conferências era fundamental pelo momento da
270 consolidação de direitos. Destacou que ao constituírem este GT, objetivava-se um destaque no
271 debate LGBT e analisar e trabalhar os projetos que foram apresentados em edital aberto, onde
272 teve a apresentação de projetos específicos para a população LGBT. Destacou, por fim, que
273 era um marco decisivo e definitivo a constituição do Grupo de Trabalho. Na sequência, a
274 Vereadora Juliana Cardoso, Vereadora da Câmara Municipal de São Paulo, parabenizou a
275 realização do evento e colocou-se à disposição dentro da Câmara Municipal. A Vice-
276 Presidente, Irina Bacci, solicitou auxílio da Ministra a reposicionar a Presidenta Dilma

277 Rousseff, sabendo do compromisso histórico com os direitos humanos, bem como o
278 compromisso histórico do Governo Luís Inácio Lula da Silva com a população LGBT e
279 também pautado no processo eleitoral. Vereador Ítalo Cardoso parabenizou a iniciativa, bem
280 como a Ministra e sua equipe. Após, franqueada a palavra aos conselheiros e conselheiras,
281 que parabenizaram e louvaram a iniciativa. Assim como o Sr. Gustavo Bernardes, que
282 aproveitou o momento para colocar-se à disposição, bem como a Coordenação, à disposição
283 do GT e solicitou também o auxílio deste e da SPM para a realização de seminário que
284 discutiria a violência de gênero e homofobia. Com isto, o Presidente afirmou que a SDH
285 sensibilizava-se com a iniciativa da SPM e o quanto entendia fundamental e, com tudo,
286 estimava mais e mais grupos de trabalho dessa natureza dentro dos ministérios. Com tanto, a
287 Ministra Iriny Lopes agradeceu as palavras e colocou o GT e a SPM para participar da
288 construção e realização do seminário proposto. **Informes Gerais.** O Presidente consignou que
289 o Conselheiro Carlos Alves, Representante da Central de Movimentos Populares, solicitou
290 manifestação no sentido de informar que no dia anterior este presente na Assembleia
291 Legislativa do estado do Rio de Janeiro, quando votava-se a PEC 23, que buscava inserir a
292 orientação sexual como um dos direitos a serem respeitados no Estado do Rio de Janeiro. O
293 Conselheiro Julian Vicente Rodrigues convidou a todos a participarem da sessão solene na
294 Assembleia Legislativa sobre o orgulho LGBT. Informou que seria lançado no dia seguinte o
295 Livro Diversidade Sexual, e Homofobia no Brasil na Avenida São João 126 e ao mesmo
296 tempo, convidou a todos. O Conselheiro Toni Reis informou que a ABGLT realizaria reunião
297 no dia seguinte, às dez horas da manhã, no Centro da Diversidade, na Rua Major Sertorio 292,
298 no Metrô República, cuja pauta seria o Congresso da ABGLT e a 2ª Conferência Nacional. O
299 Conselheiro Marcus de Abreu Freire reforçou o convite a todos a participarem das atividades
300 da Associação da Parada Orgulho LGBT. A Vice-Presidenta Irina Bacci informou que
301 ocorreria, no domingo da Parada do Orgulho LGBT, o trio pela paz na parada do orgulho
302 LGBT, apoiado por este Conselho. **Encerramento.** Nada mais havendo a ser tratado, o
303 Presidente Ramaís de Castro Silveira encerrou a reunião.

304

305